Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 9, DE 3 DE ABRIL DE 2017

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei no 4.716, de 29 de junho de 1965, no art. 24 do Decreto no 8.236, de 5 de maio de 2014, e o que consta do Processo no 21000.004224/2014-74, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos os critérios para avaliação dos resultados das provas zootécnicas realizadas em outros países para a permissão de importação de equídeos ou de seu material genético destinado à reprodução, esporte, provas funcionais e zootécnicas, e aprovados os modelos de formulários de certificação zootécnica e técnica, constantes dos Anexos I e II desta Instrução Normativa.

Art. 2º Para a importação, serão sempre observados os critérios estabelecidos nesta Instrução Normativa e os critérios especiais segundo as raças ou a destinação, conforme o Regulamento do Serviço de Registro Genealógico aprovado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 3º Para obtenção da Certificação de Prova Zootécnica, o importador apresentará à associação autorizada os seguintes documentos:

I - formulário constante do Anexo II desta Instrução Normativa, devidamente preenchido;

II - cópia autêntica do Certificado de Registro Genealógico Definitivo, ou documento equivalente, do animal vivo ou dos doadores do material de multiplicação animal, expedido pelas entidades responsáveis pelo Registro Genealógico do país de origem ou associações internacionais que executem esta atividade com genealogia contendo, no mínimo, a descrição das gerações de pais, avós e bisavós;

III - atestado de cobrição, por garanhão com Certificado de Registro Genealógico Definitivo, ou documento equivalente, em se tratando de fêmea coberta ou prenha, ou segundo critério específico da raça;

IV - Certificado de Registro de Nascimento Provisório ou Definitivo, expedido pelas entidades responsáveis pelo Registro Genealógico no país de origem ou associações internacionais que executem esta atividade, quando se tratar de produto ao pé;

V - comprovante de desempenho do animal vivo ou dos doadores do material de multiplicação animal exigido para cada raça;

VI - comprovante de desempenho dos progenitores para animal jovem de acordo com os critérios exigidos para cada raça; e VII - atestado de capacidade reprodutiva, emitido por médico veterinário, quando se tratar de animal para reprodução, com idade superior a trinta e seis meses.

Art. 4º Quando se tratar de equinos com finalidade esportiva, a Certificação Técnica, conforme o modelo constante do Anexo III desta Instrução Normativa, será expedida pela associação autorizada ou pela Confederação Brasileira de Hipismo - CBH, de acordo com o desempenho do animal e a identificação do Certificado de Registro Genealógico Oficial ou do Passaporte Internacional emitido pela Federação Equestre Internacional. Parágrafo único. Os animais importados receberão certificado ou passaporte fornecidos pela associação autorizada ou pela CBH, devendo o internacional, caso exista, ser a este anexado.

Art. 5º O importador apresentará à Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento - SFA na respectiva Unidade da Federação, para emissão de Autorização de Importação, quando aprovada, os seguintes documentos:

I - requerimento de autorização de importação de animais vivos e de material de multiplicação animal, divulgado no sítio eletrônico do MAPA, disponível em [www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br);

II - cópia da fatura pró-forma; e

III - certificação técnica emitida pela associação autorizada ou pela CBH, conforme o caso. Art. 6o Os equídeos destinados a espetáculos circenses, jardins zoológicos e pesquisas científicas, ficam dispensados das exigências de caráter zootécnico, mas sujeitos sempre às de caráter sanitário.

Art. 7º Poderá ser feita a importação de equídeos em caráter temporário, para participar em corridas internacionais, competições hípicas, provas funcionais, provas zootécnicas e exposições, desde que cumpridos os critérios específicos, segundo as associações autorizadas, entidade turfística ou CBH, conforme o caso.

Art. 8º Os equídeos importados temporariamente deverão deixar o País em até sessenta dias após o término do evento.

§ 1º Após o prazo de que trata o caput, deste artigo, a permanência no País somente será autorizada se cumpridas todas as exigências para sua importação em caráter definitivo.

§ 2º A importação que trata o caput deste artigo, para utilização em serviço de monta, somente será autorizada se cumpridas todas as exigências para importação em caráter definitivo, não podendo a permanência ser superior a dois anos.

Art. 9º Após atendidos os critérios especiais da destinação, prevista no Regulamento do Serviço de Registro Genealógico, e autorização pelo MAPA, a Certificação Zootécnica para importação implica em direito da inscrição do animal no respectivo Serviço de Registro Genealógico, mediante o pagamento dos devidos emolumentos.

Art. 10. Em se tratando de importação de cavalo de hipismo com atendimento dos critérios especiais definidos pela CBH, a autorização do MAPA não implica direito à inscrição do animal no respectivo Serviço de Registro Genealógico.

Art. 11. Os critérios especiais segundo as raças e destinação serão definidos pelas associações autorizadas e pela CBH em regulamentos próprios.

Art. 12. Fica concedido às associações autorizadas o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Instrução Normativa, para o encaminhamento ao MAPA dos regulamentos específicos, que terão sua vigência condicionada à aprovação pelo órgão.

§ 1º Findo o prazo previsto no caput deste artigo, não será autorizada pelo MAPA a importação de animais e seus materiais genéticos das raças que possuam associação autorizada no Brasil.

§ 2º Os pedidos de importação de equídeos de raças que ainda não possuam associações de criadores no país serão submetidos à aprovação do órgão competente do MAPA.

§ 3º Após a aprovação da raça a ser importada, os pedidos de importação poderão ser requeridos junto à SFA na respectiva Unidade da Federação.

Art. 13. Será permitida a exportação temporária conjugada à importação de equídeos nos seguintes casos:

I - competição em qualquer modalidade esportiva, provas funcionais e zootécnicas;

II - competição turfística;

III - exposições, feiras, leilões e similares; e

IV - fêmeas e machos, para fins de reprodução. Parágrafo único. As permissões constantes no caput deste artigo serão aprovadas mediante apresentação, à SFA da respectiva Unidade da Federação, de documentação que comprove a participação em alguma das atividades previstas.

Art. 14. A infração às disposições contidas nesta Instrução Normativa sujeitará o infrator às penalidades previstas na Lei no 4.716, de 29 de junho de 1965, e no Decreto no 8.236, de 4 de maio de 2014. Art. 15. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Ficam revogados da Instrução Normativa nº 1, de 29 de dezembro de 2009, os seguintes dispositivos:

I - os Capítulos I, III e IV, do Anexo I, e os Anexos II e III; e

II - o Capítulo II do Anexo I, no prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Instrução Normativa.

EUMAR ROBERTO NOVACKI